

A CONSTRUÇÃO DA LUTA POR MORADIA NO BRASIL

Joyce Kelly de Jesus Santos

Introdução

Em 2019, o Brasil possuía um déficit habitacional de 5,044 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). Nesse cenário, de privação de acesso à moradia, diversos movimentos sociais se articulam e organizam a classe trabalhadora para lutar pelo direito à habitação. A história da luta por moradia remonta ao início do século XX com a Liga dos Inquilinos.

A urbanização – nos moldes capitalistas – e industrialização são processos que estão interligados. As cidades, que haviam perdido a centralidade no feudalismo, tornaram-se o centro econômico com a ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico. Sposito (1997) salienta que na cidade é onde se realizam todas as etapas de acumulação do capital: a produção, circulação e consumo de mercadorias. Deste modo, os centros urbanos são o locus de gestão do capitalismo.

Santos (1993) aponta que até o início do século XX as cidades brasileiras não possuíam uma rede de comunicação entre si. Eram ilhas isoladas e com dinâmica própria. A situação mudou com a implementação do modelo urbano-industrial na década de 1930. De acordo com Oliveira (2003), a industrialização trouxe novas necessidades para as cidades como a instalação de infraestrutura, de uma rede de comunicação e implementação de um setor de serviços. Tais necessidades implicam em uma articulação do território e a cidade entra como centro deste novo modelo de acumulação. Este artigo é resultado de reflexões desenvolvidas ao longo do mestrado e no início do doutorado. O objetivo deste texto é compreender a luta por moradia no Brasil.

Na primeira parte abordarei sobre a relação entre a condição de moradia da classe trabalhadora no início do século XX e sua relação com a industrialização. A segunda seção trata-se de um resgate histórico da luta por moradia no Brasil, com o recorte do início do século XX até os dias atuais, trago com mais ênfase a Liga dos Inquilinos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), pois a Liga se constituiu como o primeiro movimento de luta por moradia no Brasil e o MTST é um movimento que está em ascensão nos últimos anos.

A industrialização e o crescimento dos centros urbanos (Rio-São Paulo)

Até a década de 1930 a industrialização no Brasil era incipiente. As indústrias estavam voltadas para o setor têxtil: produção de sacas de café, roupas para os trabalhadores urbanos e rurais. A nascente indústria necessitava de mão de obra especializada e nesse contexto houve uma intensa migração estrangeira com apoio do Estado. Tais migrantes se concentraram no estado de São Paulo, onde estava concentrada a produção cafeeira (BLAY, 1985). De acordo com Blay (1985, p. 57):

[...] a criação de um mercado alternativo de trabalho concorre com o trabalho rural, redirecionando os fluxos de imigrantes e encaminhando-os diretamente para a cidade [...]. Os efeitos são multiplicadores: a presença de trabalho atrai trabalhadores e a presença de trabalhadores atrai capital que provoca a ampliação do mercado.

Contudo, essa massa de trabalhadores atraída para os centros urbanos não possuía moradias e eram empurradas para condições de habitação precárias marcadas por falta de saneamento e coabitação, condições que favoreciam o alastramento de epidemias. De acordo com Blay (1985), em 1885 a cidade de São Paulo sofreu um surto de varíola e as autoridades locais logo atribuíram tal surto aos cortiços.

Os cortiços foram a marca de moradia precária no final do século XIX e início do século XX. Eram moradias coletivas, com péssimas condições de higiene e vistas pela elite como locais de promiscuidade. É interessante ressaltar que os cortiços eram empreendimentos muito lucrativos e que vários burgueses investiam nesse setor habitacional. Bonduki (1988, p. 712) afirma que:

Dada a reduzida capacidade de a indústria absorver novos e crescentes investimentos, o «negócio» de possuir casas de aluguel era uma segura e excelente forma de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana, fortemente aquecida pela expansão da atividade agrário-exportadora.

Em São Paulo, após vários surtos de epidemias que poderiam se alastrar para as habitações da burguesia e da pequena burguesia, a habitação da classe operária foi debatida na câmara municipal. A conclusão foi que tais moradias não pudessem ser construídas próximo a área central, sendo inteiramente proibida a sua construção próximo ao comércio (BLAY, 1985). Rodrigues (2019, p. 48) aponta que

[...] a preocupação com o saneamento marcava sempre as cidades. A vizinhança pobre, que morava em local infectado, favorecia a proliferação de epidemias e endemias, que pela proximidade podia ser transmissível aos moradores de outra classe social.

A partir destas preocupações sanitárias, em São Paulo, vão surgir as primeiras vilas operárias. A comissão da câmara municipal estabeleceu várias regras de localização e de normas de construção para tais vilas, assim como os incentivos para o setor privado (BLAY, 1985).

O principal requisito era construir tais casinhas em terrenos o mais barato possível. Tais terrenos estavam localizados a um raio de 10 a 15 km do centro de São Paulo. Para transportar os trabalhadores para o seu local de trabalho a duplicação das linhas férreas¹ já existentes. O Estado não estava preocupado com as condições de vida do trabalhador, mas em impedir que as doenças se alastrassem para a classe mais alta. Desse modo:

[...] Para redirecionar o investimento do capital privado para a construção de habitações dotadas de melhores condições, e portanto custo de construção mais alto, o poder municipal pretendia oferecer isenções e estímulos que garantissem uma elevada taxa de lucro. Além disso, ampliaria esta taxa abrindo mão de impostos que o próprio município deveria receber, como forma de indiretamente partilhar do investimento. Garantiria também um investimento por parte do

¹Já existiam linhas férreas para o escoamento de mercadoria que ligavam a capital à zona rural.

governo no setor de transportes, como forma de valorizar as áreas construídas (BLAY, 1985, p. 76-77).

Ocorreu um processo de segregação socioespacial, no qual os trabalhadores foram deslocados para as periferias da cidade. Blay (1985) também destaca que tais terrenos eram em áreas de alagamento.

Rodrigues (2019) classifica as vilas operárias em dois tipos: 1) as vilas que são construídas por empresas e alugadas aos trabalhadores; 2) e as vilas construídas pelos industriais e alugadas aos seus funcionários. Nesse último modelo, ao aumentar o salário, também aumenta o aluguel

Já no Rio de Janeiro, nesse período, foi empreendida uma caça aos cortiços, primeiramente pelo prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), que levou a destruição do maior deles o cortiço cabeça de porco, e posteriormente pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) que colocou em ação o plano que ficou conhecido como 'bota abaixo' – que destruiu várias moradias para a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) (VALLADARES, 2005).

Assim, enquanto em São Paulo o Estado apostou na expansão do perímetro urbano e no incentivo fiscal para a construção de vilas operárias para resolver a questão dos cortiços, no Rio de Janeiro o Estado fez o uso da força bruta e demoliu tais habitações, deixando os trabalhadores a sua própria sorte. Valladares (2005) aponta que com a destruição dos cortiços muitos moradores destes locais foram habitar as favelas.

As origens da favela remetem ao final do século XIX e início do século XX. De acordo com Valladares (2005) as favelas eram os locais de moradia da população mais pobre e majoritariamente negra, e logo recebeu o estigma de local de habitação de vagabundos e malandros. Pequenos casebres improvisados, com ruas tortuosas de chão batido eram a marca dessas áreas neste período. Rodrigues (2019, p. 40) aponta que:

A favela surge da necessidade de onde e como morar. Se não é possível comprar uma casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos: da exploração dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades.

É importante destacar que os cortiços e as primeiras favelas localizavam-se próximos aos locais de trabalho, no centro da cidade, visto que os habitantes de tais localidades eram os trabalhadores com as remunerações mais baixas e que não possuíam dinheiro para o transporte, ou seja, as periferias eram inexistentes. No Rio de Janeiro, por exemplo, os trabalhadores com melhores remunerações habitavam os subúrbios, bairros afastados do centro com ligação através de bondes. Deste modo:

Os que buscavam construir a casa própria nesses terrenos fugiam das péssimas condições das habitações coletivas e seus altos aluguéis. Por outro lado, se distanciaram das áreas com ofertas de trabalho e passaram a enfrentar os problemas da oferta deficiente de transporte público (MUNIZ; MENDONÇA, 2023, p. 10).

Na década de 1930 ocorreram mudanças econômicas que refletiram na produção do espaço urbano. Oliveira (2003) aponta que nesse decênio o setor agrário perde a sua

hegemonia econômica. É importante destacar que até o Governo Vargas a industrialização ainda era incipiente.

O Estado implementou medidas que desfavoreceram tal setor como o aumento dos juros dos empréstimos e o confisco de parte parcial dos lucros. Essas medidas foram importantes para a criação de condições para o desenvolvimento do mercado interno e implementação do modelo urbano-industrial (idem).

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modelo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Oliveira (2003) ainda destaca que para a consolidação do modelo urbano-industrial era necessário a criação de um exército de mão de obra reserva. A criação das leis trabalhistas aliadas à migração proveniente do campo foram determinantes importantes para a criação de tal exército. O eixo Rio-São Paulo foi o principal centro do novo modelo de acumulação. Tal modelo, é caracterizado pelas indústrias de bens de consumo, no investimento de atividades internas, no conseqüente crescimento das cidades e no agravamento da mobilidade do trabalho campo-cidade.

Nesse contexto, os migrantes que chegaram às cidades para trabalhar na indústria não encontraram condições mais favoráveis e também foram habitar as piores localidades dos centros urbanos: cortiços, favelas, habitações precárias com aluguel mais barato. Essa foi a forma que a classe trabalhadora encontrou para habitar a cidade.

Bonduki (2018, p. 20) assinala que o sistema de autoconstrução também foi uma alternativa para tais pessoas. Segundo o autor “[...] os migrantes que chegavam em grande quantidade nas grandes cidades não tinham alternativa senão buscar um lote periférico ou ocupar um pedaço de terra e, em ambos os casos, autoconstruir uma moradia precária”.

A autoconstrução é uma marca da urbanização brasileira. Tal atividade é realizada aos fins de semana com a ajuda de familiares e vizinhos. As moradias são construídas nas periferias e favelas. Além disso:

A autoconstrução se estende [...] para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. [...] O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço (MARICATO, 1982, p. 80).

A infraestrutura de tais bairros era praticamente inexistente. Não possuíam asfalto, saneamento básico, equipamentos públicos e espaços coletivos de convivência. Produzia-se a cidade sem os equipamentos urbanos essenciais para uma vida digna. Assim, as cidades foram crescendo e refletindo a desigualdade e a pobreza da sociedade brasileira. Conforme Santos (1993, p. 10):

A cidade em si, como relação social e como materialidade, tornou-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Em suma, à medida que as cidades cresciam os trabalhadores foram sendo deslocados para locais mais distantes e precários. A valorização dos imóveis também fez com que parte da população mais pobre fosse privada do acesso à moradia.

Da liga dos inquilinos ao MTST: a construção da luta por moradia

De acordo com Blay (1985), a luta por moradia no início do século XX estava muito ligada às condições de trabalho. Tal questão fazia parte da agenda de reivindicações dos sindicatos anarquistas de São Paulo que denunciavam em seus jornais a precariedade das habitações. Os jornais operários também denunciavam o caráter de controle do trabalho das vilas operárias. Se o trabalhador fazia greve era despejado da sua casa. Se o salário aumentava, também aumentava o aluguel.

Rodrigues (2019) aponta que no início do século XX a maioria dos trabalhadores vivia em moradias de aluguel. Já Bonduki (1994) destaca que nesse período não havia regulação sobre o preço dos aluguéis, sendo o direito à propriedade privada absoluto. Assim, o aluguel se torna uma das principais pautas dos sindicatos da época. Para Blay (1985, p. 125)

[...] o aluguel é uma reivindicação de caráter urbano: ele afeta as relações de produção, pois dá ao trabalhador uma grande fragilidade de inserção na vida urbana, despojando-o do mínimo fundamental de que precisa, isto é, morar na própria cidade em que trabalha.

Neste cenário, em 1907 foi organizada a primeira Liga dos Inquilinos em São Paulo. Tal liga teve inspiração na Liga dos Inquilinos da Argentina, na qual cerca de 7 mil famílias se organizaram para obter a redução de 30% do preço dos aluguéis. A Liga dos Inquilinos de São Paulo convocava todos aqueles que sofriam o preço da habitação para se reunirem em praça pública. A mobilização foi organizada pelo jornal anarquista *La Battaglia* e ia além das bases sindicais, pois buscou reunir vários setores atingidos por tal condição. A agitação dos operários teve pouca repercussão no nível de poder (BLAY, 1985).

Blay (1985) ressalta que de 1908 a 1911 a questão da moradia fica de fora dos jornais operários. Isso se deu pelo contexto de crise, em que as reivindicações dos trabalhadores se constituíam como o direito ao mínimo, ou seja, de possuir um trabalho. Dessa forma, a moradia fica em segundo plano.

Com a retomada do crescimento industrial em São Paulo em 1912 a luta por melhores condições de moradia retoma a ordem da vez. Também ocorre um declínio dos salários e um aumento do custo de vida. Nesse contexto, houve uma retomada da Liga dos Inquilinos de 1907 e surge um movimento contra o aumento do custo de vida (BLAY, 1985).

Em 1920 surgiu uma terceira Liga dos Inquilinos. Foram organizadas assembleias aos domingos em distintos bairros operários, e noticiou-se que compareceram 3 mil pessoas em uma reunião. Comícios foram organizados em vários bairros operários de São Paulo, sempre aos domingos (idem). Esse movimento foi de caráter popular, apoiado pelos moradores dos bairros operários e se cessaram no mesmo ano.

Assim, nas duas primeiras décadas do século XX a mobilização popular em torno da questão da moradia estava voltada para o aumento do preço dos aluguéis e para as condições das casas de aluguel. Além disso, os sindicatos anarquistas tiveram protagonismo, uma vez que foram vanguarda na organização da luta e na denúncia da precariedade das habitações.

Na Era Vargas (1930-1945) os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado através do decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931. Tal decreto limitou a capacidade de luta dos trabalhadores e gerou uma competição entre os novos sindicatos – registrados no Ministério do Trabalho – e os sindicatos autônomos que estavam sendo organizados desde o início do século XX (MATOS, 2009).

Contudo, houve muita resistência dos sindicatos autônomos. Até 1935 muitos sindicatos combativos se recusaram a fazer seu registro no Ministério do Trabalho e denunciavam a finalidade de controle trabalhista deste decreto. No governo Vargas muitos líderes sindicais foram perseguidos e presos (MATOS, 2009).

Todavia, o Governo Vargas possuía um discurso paternalista. Muitos dirigentes ecoavam o discurso de que a mediação do Estado entre trabalhadores e empresários era benéfica, pois o Estado atuaria como protetor dos trabalhadores (idem).

Como já foi abordado anteriormente, construir casas para alugar era um negócio seguro e rentável. Nesse contexto, havia uma camada da população que construía casas com a única função de serem alugadas. Na década de 1940 o custo com aluguel correspondia a cerca de 30% do salário do trabalhador. Além disso, os preços estavam em alta e também atingia a classe média que vivia nas cidades (BONDUKI, 2018).

Diante deste cenário, em 1941 Vargas instituiu a Lei do Inquilinato que congelava o preço dos aluguéis. Para Bonduki (2018) a Lei do Inquilinato serviu para redirecionar os capitais que seriam investidos na construção de moradias de aluguel para a nascente indústria.

No que diz respeito aos trabalhadores, os salários passaram a ser calculados de acordo com os valores dos aluguéis congelados e os inquilinos sofriam uma forte pressão dos proprietários. Como o aluguel não poderia sofrer ajustes enquanto o inquilino estivesse morando na habitação, os despejos foram a maneira que os proprietários encontraram de aumentar o preço dos aluguéis (idem).

No pós-guerra tal situação agravou-se, pois havia uma escassez de oferta de moradia e era uma tarefa muito difícil encontrar habitações com o preço compatível com o salário do trabalhador.

Nesse período, o despejo foi o grande problema habitacional dos bairros operários e populares dos grandes centros urbanos, tornando-se o instrumento concreto do processo de expulsão da população das moradias de aluguel produzidas comercialmente por empreendedores privados em áreas urbanas bem equipadas e próximas aos locais de emprego (BONDUKI, 2018, p. 18).

Na década de 1960 surgiu o debate sobre a Reforma Urbana, inspirado nas lutas pela Reforma Agrária no campo. Arquitetos com influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de organizações da igreja católica organizaram em 1963 o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) que ocorreu em duas etapas: em Petrópolis e São Paulo. O objetivo do seminário era colocar a questão urbana nas reformas de base de João Goulart (BONDUKI, 2018).

Além dos arquitetos, outros segmentos profissionais também participaram do debate como assistentes sociais, advogados, engenheiros e economistas. O governo federal também mandou representantes para acompanhar o seminário.

As propostas do SHRU foram resultado de um processo de debate realizado nas instituições e segmentos progressistas da sociedade, com destaque para a pauta

dos arquitetos e de alguns setores governamentais no período do pós-guerra (BONDUKI, 2018, p. 23).

Bonduki (2018) ressalta que o seminário não trouxe novos diagnósticos frente ao que já estava sendo debatido por arquitetos e engenheiros desde a década de 1930. As reformas propostas pelo seminário partiam do princípio que a habitação é um direito fundamental, deste modo, é fundamental limitar o direito da propriedade privada. Além disso, concluiu que é dever do Estado equacionar a questão da moradia.

O debate sobre a Reforma Urbana foi interrompido em 1964 com a Ditadura Militar (1964-1985), mas parte do documento foi incorporado pelos militares, pois não era antagônico ao modo de produção capitalista (idem).

Durante o Governo Militar ativistas, militantes de esquerda, partidos políticos foram perseguidos, reprimidos. De acordo com Gohn (1991) o debate sobre cidades é retomado no final da década de 1970 com os movimentos que reivindicavam pautas específicas como saneamento, creche e serviços públicos para os bairros. Tais movimentos eram apoiados pelos setores da esquerda e por liberais que tinham como inimigo comum o regime militar.

O Governo Militar teve seu fim em 1985. Os debates sobre uma nova constituição se iniciaram em julho deste ano, porém a assembleia constituinte só foi formada dois anos depois. A sociedade civil participou ativamente das discussões da nova constituição e o debate sobre a Reforma urbana foi retomado.

Nesse contexto de retomada democrática é fundado o Movimento Dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1985. O MST foi fundamental para o resgate do debate sobre a reforma agrária. Uma década depois tal Movimento lança seu braço urbano para atuar na luta por moradia nas cidades.

Bonduki (2018) aponta que foram formuladas uma série de propostas acerca da reforma urbana. Tais propostas incorporaram diversas reivindicações que estavam em discussão desde os anos 1960. Participaram do debate distintos profissionais e categorias ligadas à questão urbana e em 1987 foi apresentada a constituinte uma emenda que propunha diversas políticas com eixo central na reforma urbana. Já o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição que institui as políticas urbanas, foi aprovado apenas em 2001.

Apesar de toda mobilização, apenas nos anos 2000 o direito à moradia foi incorporado ao rol taxativo de direitos fundamentais do artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

A década de 1990 foi marco nos movimentos sociais a nível mundial. A queda do muro de Berlim impactou a consciência da classe trabalhadora e seu horizonte de transformação. O fim do socialismo real levou uma descrença da classe trabalhadora em alternativas societárias para além do capital (MOTA, 2015).

Nesse período, o neoliberalismo foi implementado no Brasil com o governo Collor (1990-1992). Perry Anderson (1995, p. 9) caracteriza o neoliberalismo como “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Fontes (2011) ainda destaca que no Governo de Fernando Henrique Cardoso houve repressão dos movimentos sociais e dos sindicatos mais combativos.²

² Para aprofundar a leitura sobre neoliberalismo ver Perry Anderson (1995) e Carcanholo (2010).

Apesar do cenário de derrota histórica com o fim do socialismo real, houve uma eclosão das lutas urbanas neste período no Brasil. Segundo Falchetti (2019, p. 76-77):

[...] as lutas urbanas se multiplicaram e assumiram diferentes expressões, como lutas dos moradores de favelas, dos moradores de loteamentos clandestinos, dos locatários, dos moradores de cortiços, dos sem-teto, da população em situação de rua, e outras. Existem hoje centenas de movimentos urbanos de moradia atuando no Brasil, o que mostra que o problema da habitação é generalizado e acompanha a consolidação da urbanização em nível nacional.

É nesse cenário que surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em 1997. O MTST foi fundado como um braço urbano do MST no estado de São Paulo. Durante o ano de 1997, o MST aproximou-se dos movimentos urbanos e alguns dirigentes receberam a tarefa de construir um novo movimento, o MTST. Deste modo, o MTST não surge de dissidências do MST, mas sim de uma avaliação de mudança de conjuntura.

[...] militantes do MST que viviam na região de Campinas passaram a participar mais ativamente das ocupações que já vinham ocorrendo. Destacavam-se a ocupação San Martin, com cerca de 3.500 famílias, o Jardim Campo Belo, com mais de 3.500 famílias, a Eldorado dos Carajás, com 650 famílias, a ocupação Carlos Marighella, com cerca de 200 famílias, e a maior de todas o Parque Oziel, que hoje é um bairro consolidado e abriga mais de 15.000 pessoas (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 25).

As primeiras ocupações seguiram a mesma organização que os assentamentos do MST. Contudo, a lógica da luta se configurava diferente no espaço urbano. Conflitos por território – com o tráfico de drogas, por exemplo –, distância dos serviços públicos, o elevado valor do solo, foram condições que levaram ao fracasso das primeiras ocupações. Tal situação levou o Movimento a rever sua tática.

Para garantir a sua sobrevivência enquanto movimento de moradia, o MTST retomou sua base na periferia e rejeitava a atuação em mecanismo institucionalizado de participação. Além disso, as ocupações em grandes cidades, onde o solo urbano possui um valor mais alto e consequentemente um maior índice de conflitos, geravam despejos muito rápidos que dificultavam a organização do Movimento e consolidação dos seus militantes. A partir daí, o MTST avaliou a necessidade de mudar seu eixo de atuação para as cidades dormitórios de São Paulo. Assim, foi possível permanecer mais tempo na ocupação (SANTOS, 2022, p. 78-79).

O primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) representou um divisor de águas para o MTST. Na medida que o Movimento se consolidava, afastava-se mais do MST e a ruptura total ocorreu em 2003, quando o MTST resolveu ser oposição de esquerda ao governo, enquanto o MST decidiu ser base do governo.

Em 2009, o MTST realizou um congresso nacional com o objetivo de fundir com movimentos de moradia de caráter local. Tal congresso resultou na fusão com tais movimentos e consequentemente na nacionalização do MTST, que até então atuava apenas no estado de São Paulo.

Em 2013, o Brasil viveu um período de grandes manifestações populares que ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013. Milhares de pessoas saíram de norte a sul do país contra o aumento do preço das passagens de ônibus e contra a precarização da vida. Tal

cenário combinado com o aumento do preço dos aluguéis resultou na eclosão de novas ocupações.

Em São Paulo houve um grande aumento das ocupações nos bairros da periferia, uma vez que, o preço do solo urbano estava em alta na cidade. Em uma década, o preço do solo urbano, por metro quadrado, aumentou e saltou de 2,5 mil para 7,2 mil. Isso causou um aumento do preço dos aluguéis em São Paulo, por exemplo, o aluguel de uma moradia com dois quartos no Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo custava cerca de 1,3 mil reais, enquanto o salário mínimo custava 678 reais (SANTOS, 2022, p. 81).

Em 2014, o MTST participou de manifestações por melhorias nos serviços públicos e denunciou os gastos excessivos da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil. Em 2016, com o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, o MTST se posicionou contra, assim como, em 2018 foi parte essencial nas mobilizações pelo Lula Livre – movimento pela libertação de Lula, que foi preso pelo ex-juiz Sérgio Moro.

Tais acertos políticos resultaram em um crescimento do Movimento a partir de 2013 e sua consolidação em outros estados brasileiros como Pernambuco e Distrito Federal. É importante destacar que o MTST é um movimento que preza pelas formações políticas dos seus militantes e ocupantes. Isso significa que o Movimento busca fortalecer e criar uma consciência de classe na sua base política.

Com o terceiro mandato do presidente Lula (2023), já nos primeiros meses percebe-se uma mudança na política do movimento. Se antes o MTST buscava se afastar da política institucional, atualmente o Movimento atua lado a lado dela. O seu principal dirigente, Guilherme Boulos, foi eleito Deputado Federal em 2022, enquanto diversos dirigentes nacionais e locais ocuparam cargos em secretarias do governo. Tal giro político deve ser avaliado melhor nos próximos anos, assim como, as consequências para a construção da luta por moradia.

Por fim, é importante salientar qual o perfil dos ocupantes do MTST. Em 2021, na pesquisa de campo que realizei em duas ocupações do MTST em Aracaju, observei que a maioria dos moradores das ocupações são mulheres negras, de 20 a 45 anos, em sua maioria mães solas que ocupam os cargos de trabalho com piores remunerações. Este perfil também é majoritário no restante do país, conforme divulga o Movimento nas suas vias de comunicação.

Considerações finais

A luta por moradia no Brasil tem mais de um século de história. Suas raízes estão ligadas diretamente com o desenvolvimento do movimento operário em São Paulo. Com a transição para o novo modelo de acumulação urbano-industrial, as cidades cresceram rapidamente. Tal situação agravou a questão da moradia já existente.

A primeira tentativa estatal de regular o acesso à moradia foi na década de 1940 com a Lei do Inquilinato, mas não houve grandes efeitos. Pelo contrário, os despejos passaram a ser uma ferramenta para aumentar os preços dos aluguéis congelados.

Na década de 1960 surge o primeiro seminário sobre reforma urbana, porém o debate é interrompido com a Ditadura Militar. Os movimentos de moradia retomam as lutas somente na década de 1970, porém com pautas mais específicas. O debate sobre a reforma

urbana é retomado na constituinte, mas o direito à moradia como direito fundamental só é incorporado na Constituição Federal nos anos 2000.

A década de 1990 trouxe um paradoxo: o fim do socialismo real que rebaixa a consciência e o horizonte revolucionário da classe trabalhadora; e a eclosão de lutas urbanas no Brasil. É nesse cenário que é gestado o MTST, movimento de moradia que está em ascensão no Brasil desde a década de 2010.

Nesses mais de cem anos da construção da luta por moradia ainda há muito em que avançar. Não há como negar que houve muitos avanços, principalmente no campo institucional – como a inclusão do direito à moradia na constituição. Contudo, a luta por moradia ainda atrai apenas os setores mais precarizados da classe trabalhadora (com renda familiar de até 3 salários mínimos), pois são os atingidos diretamente. Porém, o preço dos aluguéis, as moradias precárias, a coabitação atinge uma parcela muito mais significativa da classe trabalhadora. É um desafio para os movimentos sociais dialogarem com tal parcela e desenvolver estratégias para que a luta por moradia também sirva de instrumento para rupturas radicais mais profundas no modo de produção capitalista.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Estudo sobre vilas operárias em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1988.

BONDUKI, Nabil. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. In: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, p. 15-35.

BONDUKI, Nabil. Dos movimentos sociais e da luta pela reforma urbana na Constituinte ao Estatuto da Cidade (1981-2001). In: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, p. 81-138.

CARCANHOLO, Marcelo. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. In: **Aurora**, ano IV, número 6 – agosto de 2010.

CUNHA, A. dos S.; PESSOA, O. A. G.; Soares, M. **Monitoramento dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de cannabis sobre a zona de fronteira: percepção das autoridades de segurança e atores do sistema de justiça criminal**. Brasília: Ipea, 2017. (Relatório de Pesquisa).

FALCHETTI, Cristhiane. **Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2011.

- Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2021.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. 1º ed. São Paulo: Loyola, 1991
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MUNIZ, Andreia Fernandes.; Mendonça, Eneida Maria Souza. **A habitação no contexto das lutas dos trabalhadores urbanos**. Formação (Online), 2023, p. 263–294. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v30i57.9049>.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10ºed. São Paulo: Contexto, 2019.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Joyce Kelly de Jesus. **Habitação popular na cidade capitalista**: a luta por moradia e MTST em Aracaju. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2022.
- SIMÕES, Guilherme; Campos, Marcos; Rafael, Rud. **MTST 20 anos de história**: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.
- VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.